

Emenda Mussa é último recurso do Governo

BRASÍLIA — Restam muito poucas esperanças ao Governo federal na luta contra a reforma tributária, que transfere para Estados e Municípios recursos antes utilizados a seu exclusivo critério. A bancada governista tentará hoje, como último recurso após a derrota da emenda José Lourenço (PFL-BA), aprovar dispositivo apresentado pelo Deputado Mussa Demes (PFL-PI), que assigna recursos de todos os impostos federais aos Fundos de Participação de Estados e Municípios. Atualmente os Fundos são nutridos pelos Impostos de Renda e sobre Produtos Industrializados.

A proposta de Lourenço (PFL-BA) pretendia manter com a União os impostos únicos sobre combustível, energia, minerais, transportes e comunicações, incorporados ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços pelo projeto do Centrão. Demes, para compensar a ampliação das fontes de recursos dos Fundos, diminuiu de 44 para 34 por cento o

montante a ser repassado a Estados e Municípios, aprovado pela Sistematização. Os primeiros passariam a receber 16,5 por cento em vez de 21,5 por cento e o segundos 22,5 por cento em lugar de 17,5.

A rejeição da emenda do Líder do PFL, reduzindo a base de cálculo dos Fundos, inviabiliza o novo dispositivo. Sua aprovação provocaria evidente perda de recursos para Estados e Municípios. Os "tributaristas" representantes do Nordeste já recusaram formalmente tal hipótese.

Mesmo reconhecendo as dificuldades que enfrentará, Mussa Demes ainda acredita na vitória. Argumenta que Estados e Municípios não terão segurança se os Fundos de Participação receberem recursos apenas do IPI e do IR, porque o Governo federal poderá reduzir o repasse criando outros impostos. Com a criação do Imposto sobre Ganhos de Capital, cujo projeto tramita no Congresso, o Governo esvaziaria o IR.

Mas o Deputado Benito Gama

(PFL-BA) contesta, afirmando ser interessante que os Fundos se nutram apenas do IPI e do IR, com um percentual maior, pois tais impostos — o "filé" do bolo tributário — tendem a crescer na medida em que a economia se moderniza.

Os técnicos do Governo, coordenados pelo Secretário da Receita Federal, Reinaldo Mustafá, perderam seu principal argumento com a derrota de Lourenço. Eles acenavam com maiores ganhos para os Estados do Nordeste, Norte e Centro-Oeste — que recebem 70 por cento dos Fundos de Participação — através da fusão das duas emendas.

Como prêmio de consolação, o Palácio do Planalto poderá conseguir, em consequência de emenda de Benito Gama, a redução de 2 por cento da base de cálculo da receita federal para o custeio da arrecadação. Na prática, esta medida representaria uma redução de 1 por cento no repasse de recursos para os Fundos de Participação.

Dispositivos buscam o equilíbrio Sul-Norte

BRASÍLIA — Dois dispositivos a serem votados hoje poderão equilibrar os Estados do Norte-Nordeste e do Sul-Sudeste na implantação do novo sistema tributário. Resultado de acordos entre representantes regionais, instituem um adicional de 5 por cento sobre o Imposto de Renda dos ganhos de capital e a intervenção do Senado Federal na fixação das alíquotas do ICM. Se algum deles for rejeitado haverá problemas para a aprovação da repartição das receitas tributárias.

O adicional sobre o Imposto de Renda é a medida mais significativa para os Estados do Sul e Sudeste, onde ocorre maior aplicação de capital, que dele receberão 70 por cento. A medida enfrenta, no entanto, oposição de constituintes da própria Região. O Deputado e empresário Afif Domingos (PL-SP) entende que o adicional será pago pelos Estados pobres, pois as empresas do Sul e do Sudeste repassarão seu custo ao con-

sumidor.

Os parlamentares das regiões mais pobres conhecem o risco, mas salientam que serão beneficiados pelo dispositivo que prevê a intervenção do Senado Federal nas alíquotas do ICM. O Deputado José Serra (PMDB-SP) queria a liberação da alíquota, hoje fixada em 17 por cento para todos os produtos. No projeto da Comissão de Sistematização, ficou definida a intervenção do Senado — com quorum de dois terços — na fixação das alíquotas para vendas interestaduais e das alíquotas mínimas nas vendas internas.

Acordo obtido na semana passada estabeleceu que, nestes dois casos, será exigida maioria absoluta para a votação. Além disso, com quorum de dois terços, o Senado poderá estabelecer alíquotas máximas nas vendas internas. Tais medidas trarão uma grande segurança para os Estados pobres.

A liberação das alíquotas nas vendas interestaduais poderia provocar

uma guerra fiscal, que acabaria beneficiando os Estados do Sul e do Sudeste. Já a elevação excessiva das alíquotas de produtos supérfluos nas regiões mais ricas, acabaria provocando uma redução na arrecadação do IPI, uma das bases do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, que reserva uma parcela maior aos Estados pobres.

Mas o entendimento não ocorreu apenas nestes pontos. A elevação das quotas de Estados e Municípios, respectivamente de 14 para 21,5 por cento e de 17 para 22,5 por cento, nos Fundos de Participação — cujos recursos se originam nos Impostos de Renda e sobre Produtos Industrializados —, favoreceu o Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Estes percentuais são partilhados na relação direta da população e das dimensões do território e inversamente à renda per capita. Já a incorporação dos impostos únicos ao ICM favoreceu os Estados do Sul e Sudeste.